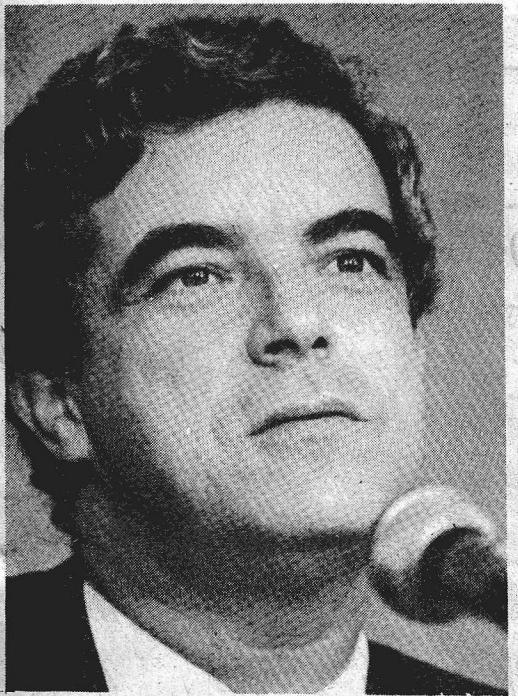
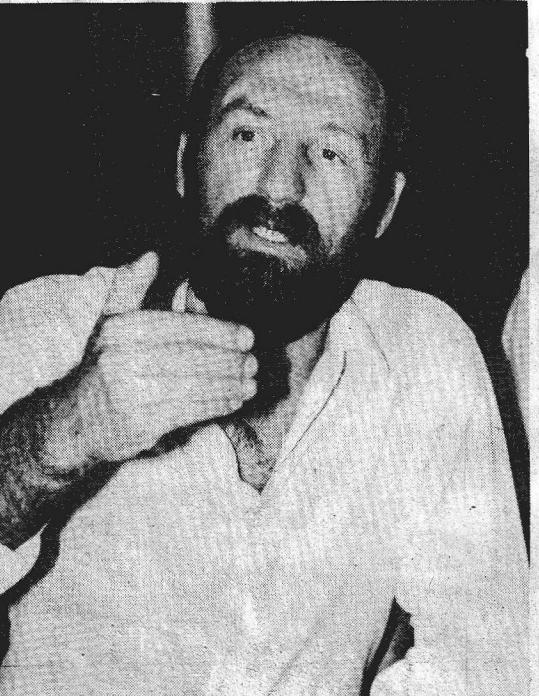


Samey diz que acabará com a indexação



Costa Couto: Congresso legitimará pacto



Meneguelli vê dificuldades em fechar acordo

DILZE TEIXEIRA
Enviada Especial

Lisboa — O presidente José Sarney declarou, ontem, que quer acabar com a indexação da economia brasileira que, segundo ele, penaliza a camada de menor renda da população, sem acesso aos benefícios da correção monetária. Disse, contudo, que para tomar essa decisão "até por uma questão de cortesia, vai consultar o Presidente em exercício", deputado Ulysses Guimarães.

"Nós queremos desindexar a economia brasileira. A inflação é terrível, sobretudo porque sabemos que as camadas mais pobres de nossa população são as mais atingidas, uma vez que não se beneficiam da correção monetária", afirmou o presidente Sarney no Grêmio Literário, em entrevista coletiva, concedida momentos antes de embarcar de volta ao Brasil, depois de passar 10 dias no exterior.

OTENIZAÇÃO

O Presidente não quis comentar as declarações do consultor-geral da República, Saulo Ramos, sobre os estudos que o Governo estaria fazendo com o objetivo de prefixar a inflação, utilizando-se de um único índice — a OTN — para todos os reajustes da economia. "Não posso comentar as declarações do Consultor por que não sei a sua abrangência, não li a notícia", justificou Sarney.

Ele não crê que a inflação possa atingir a casa dos 30% este mês, como disse, e lembrou que a economia por ser indexada provoca uma deturpação na análise dos seus indicadores. Para reforçar sua teoria, explicou que "os salários no Brasil são reajustados todos os meses, de acordo com a inflação. Temos até ganhos reais, uma taxa de desemprego de 3,5%, quando a taxa de desemprego na Europa é de 10% e, nos últimos três anos, crescemos 21%, talvez a maior taxa do mundo Ocidental. Portanto, à nossa economia tem que ser analisada em seu conjunto", declarou o Presidente.

INFLAÇÃO X CONSTITUIÇÃO

Ao analisar a questão da inflação — um tema proibido à imprensa brasileira na entrevista, e que só foi possível ser objeto de pergunta, graças a um estratagema combinado entre os repórteres: as perguntas referentes à política interna do Brasil seriam feitas pelos repórteres portugueses — Sarney deixou explícito que a elevação das taxas de juros é consequência da nova Constituição:

— Acabamos de sair de uma Constituinte, como Portugal, e vamos ter que nos adaptar à nova Carta. Ela existe, foi aprovada, e como disse, serei o primeiro a seguir-la. Mas ela tem custos: na medida em que se inseriu vantagens salariais elas são transferidas, necessariamente, no preço final dos produtos e

consequentemente à sociedade, com a elevação da taxa inflacionária — disse Sarney.

Ele lembrou o caso de Portugal, os problemas múltiplos que teve de enfrentar, ao adaptar-se à nova Constituição, "mas hoje superou todos os seus problemas, vive o maior momento de prosperidade, um período de vigor, integrado no Mercado Comum Europeu". E concluiu a análise da crise brasileira, assegurando que "nossos problemas não são de natureza econômica, mas política, precisamos de partidos políticos consolidados, de uma vontade nacional para dar respaldo a esse país gigantesco que é o Brasil e que, não tenho dúvida, vai superar seus problemas", declarou o Presidente.

— Presidente, que medidas o Governo poderia tomar para desindexar a economia? perguntou um repórter à saída do Grêmio.

— Nesse instante acho que não devemos buscar nenhuma medida heróica. O melhor caminho é o que estamos assistindo, na direção do pacto social. Durante meu Governo tenho proposto um pacto e por isso vejo com grande satisfação os avanços no rumo de um amplo entendimento nacional, em favor das soluções dos nossos problemas. Temos de manter o rumo com firmeza e paciência para cumprir com nosso dever de fazer com que o País tenha prosperidade econômica — respondeu o Presidente.